

Por isso, temos que apontar que a responsabilidade se centraliza em uma política equivocada, errada e conturbada do presidente da Petrobras, Pedro Parente, que foi totalmente apoiada pelo presidente da República, Michel Temer, um presidente fraco, que não é mais reconhecido por ninguém da população brasileira.

Aliás, hoje ele esteve em São Paulo e o governador do Estado não foi prestigiá-lo, porque ninguém quer ficar perto dele. O prefeito da cidade também não esteve nesse evento que houve aqui, do Banco Interamericano de Desenvolvimento, como também não vieram os presidentes da Câmara e do Senado, pessoas que, até ontem, davam apoio ao presidente ilegítimo Michel Temer.

Hoje eles querem distância dele, com medo de serem contaminados pelas loucuras, pelas sandices que foram feitas durante esses mais de dois anos em que o Temer está à frente da Presidência do País.

Portanto, temos que lamentar o momento que nós estamos vivendo, embora, ressaltamos, seja legítima a paralisação, mas nós já estamos vendo que os efeitos acabam tomando conta, principalmente da população mais fragilizada, da população que mais precisa, que está sofrendo, porque não consegue, muitas vezes, trabalhar, porque perde o dia de serviço, e com isso perde rendimento. Portanto, isso vai ter um impacto muito negativo dentro do seu orçamento.

Muito obrigada, Sr. Presidente. Devemos retornar a esta tribuna ainda no dia de hoje, para comentarmos mais a esse respeito.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Sr. Presidente, peço a palavra para falar pelo Art. 82, pela liderança do PSOL.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - O pedido de V. Exa. é regimental. Tem a palavra o nobre deputado Carlos Giannazi pelo Art. 82, pela liderança do PSOL.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - PELO ART. 82 - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, telespectadores da TV Assembleia, cidadãos que nos acompanham pelas galerias, quero rapidamente comentar aqui dois assuntos importantes.

O primeiro é relacionado à greve dos caminhoneiros. Nós achávamos que estávamos no fundo do poço no governo do chefe da quadrilha, do Michel Temer, com seus ministros investigados na operação Lava Jato e toda sua quadrilha.

Achávamos que já tínhamos chegado ao fundo do poço, mas percebemos que nós entramos agora no volume morto. O Brasil está entrando em um verdadeiro colapso. Crise de abastecimento, falta de combustíveis, de gás de cozinha, de gasolina, de óleo diesel, estradas paradas. É um verdadeiro caos na nossa sociedade, fruto de um governo que vem servindo a um projeto neoliberal de ajuste fiscal, de retirada de direitos sociais, trabalhistas e previdenciários, e de entrega de todo nosso patrimônio para o capital, para as elites econômicas, sobretudo as elites internacionais.

É isso que está acontecendo hoje no Brasil. O governo Temer está entregando o pré-sal, entregando a Petrobras, as nossas florestas, as nossas terras, a nossa energia. Ele pretende privatizar a Eletrobras. É um governo antipopular antidemocrático, que está destruindo o País. Por isso que nós estamos exatamente nessa situação.

Então, a nossa luta nesse momento é para fazer enfrentamento a esse governo, exigindo a imediata revogação de todas as reformas aprovadas, da Emenda 95, da Reforma Trabalhista, da Lei da Terceirização, dessa Lei do Pré-Sal, que foi aprovada, que entregou, praticamente, o pré-sal para as refinarias internacionais, para as empresas internacionais. Isso tem que ser revogado imediatamente.

Nós queremos a saída imediata do presidente da Petrobras, do Pedro Parente, que é um laçao, que é um serviçal, não do povo brasileiro, mas dos acionistas da Petrobras. O Brasil inteiro, o país inteiro destruído para beneficiar meia dúzia de acionistas em Nova Iorque, da bolsa de valores de Nova Iorque, que estão cada vez mais ricos explorando, tendo lucros em cima da Petrobras, em cima do nosso petróleo.

Então, essa é a nossa posição. Fora, Pedro Parente. Fora, Temer.

Outro assunto importante que quero comentar é que acabei de chegar agora de uma grande assembleia dos professores da rede particular de ensino, que estão em luta pela manutenção da sua convenção coletiva. O deputado Gustavo Petta, do PCdoB, estava lá também, apoiando o movimento.

Estávamos lá participando de uma grande assembleia vitoriosa. O movimento dos professores, liderado pela Federação Paulista dos Professores e também pelo Sinpro de São Paulo foi um movimento vitorioso hoje, porque o sindicato patronal teve que fazer um recuo, teve que dar um passo atrás e reconhecer pelo menos um ano de convenção coletiva.

Não é o ideal, mas foi um avanço diante dessa conjuntura que nós estamos vivendo, de ataques aos direitos dos trabalhadores. Como eu disse, estamos vivendo a retirada de direitos trabalhistas, previdenciários e sociais.

Então, semana que vem haverá uma nova assembleia, na quarta-feira, mas a proposta negociada, apresentada, representada não uma vitória total, mas pelo menos parcial de um grande movimento que veio se destacando, tendo espaço na mídia e tendo o apoio e a simpatia da opinião pública, que foi o movimento e a paralisação dos professores da rede particular.

Nós aprovamos o requerimento. Apresentei-o na Comissão de Educação, que foi aprovado, convidando o presidente do Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino no Estado de São Paulo, Benjamin Ribeiro, para explicar na Comissão de Educação todos esses ataques e essa tentativa de desmontar a convenção coletiva dos professores, que, em última instância, ataca não só os professores, mas ataca também os alunos e a qualidade de ensino. Espero que ele venha explicar esses ataques e essa tentativa de desmonte da convenção coletiva, que tem força de lei e foi uma dura conquista dos professores, que já dura 20 anos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. GUSTAVO PETTA - PCdoB - Sr. Presidente, gostaria de falar pelo Art. 82, pela vice-liderança do PCdoB.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - É regimental. Tem a palavra o nobre deputado Gustavo Petta para falar pelo Art. 82.

O SR. GUSTAVO PETTA - PCdoB - PELO ART. 82 - Caro Presidente, demais deputados, deputadas, público presente e telespectadores, realmente nós vivemos no País um momento muito dramático, um momento de retrocessos democráticos, de retirada de direitos. Agora, como nunca antes visto, pelo menos no último período, um momento de desabastecimento, de muita dificuldade para o conjunto da população brasileira.

É evidente que esse momento chegou por conta de um governo que não possui autoridade, não possui legitimidade e que permitiu que chegássemos a essa situação. O governo do ilegítimo Temer permitiu que o Brasil chegasse a essa situação que nós estamos vivendo hoje. Tudo isso graças a uma política de preços da Petrobras, que submete os interesses do conjunto da população brasileira aos interesses dos investidores dessa empresa, aos interesses dos investidores internacionais.

Portanto, todas as medidas anunciadas no último período para tentar conter as diversas manifestações que ocorrem pelo Brasil são medidas que não atacam a questão principal. Durante um mês, nós tivemos 17 vezes o aumento do litro do diesel, da gasolina, impactando diretamente não só nos profissionais, nos caminhoneiros, naqueles que vivem por conta disso, mas também para o conjunto da população do nosso País. É preocupante a situação. É preciso exigir a queda do Pedro Parente, que é quem impõe essa política nefasta e perversa ao conjunto da população do nosso País.

Mas, Sr. Presidente, estranha-me também que nos últimos dias um líder político do nosso Estado, o ex-prefeito que abandonou a prefeitura de São Paulo, João Doria, tenha sumido do mapa. Onde está João Doria? Ele que é muito ativo nas redes sociais, costuma se manifestar de modo ativo, todo momento, sobre qualquer tipo de assunto, sumiu completamente. No único depoimento que ele fez sobre greve, ele falava que todo grevista era vagabundo, que grevista não servia para nada, que era coisa de arruaceiro, de bademeiro, de vagabundo. Agora, ele está fazendo a sua campanha, porque pretende ser governador, e não fala absolutamente nada sobre a maior crise social que o Brasil já viveu nos últimos tempos, uma crise de desabastecimento, uma crise que tem provocado tantos dramas na vida de tantas pessoas no nosso País. É importante fazer esse registro aqui na Casa, porque realmente chama a atenção o silêncio e a omissão de alguém que pretende ser o principal líder político do nosso estado, no cargo de governador, apesar de ter abandonado a prefeitura, de ter mentido. Aliás, a pesquisa que saiu agora prova que quem o conhece o rejeita: 55% da população paulistana rejeita a candidatura de João Doria.

Sr. Presidente, no último minuto eu gostaria de registrar minha presença na assembleia dos professores da rede particular do estado de São Paulo. São mais de 100 escolas que foram paralisadas hoje, por conta da tentativa de se utilizar da ilegítima reforma trabalhista para retirar direitos da convenção coletiva dos professores. Como exemplo, temos as bolsas dos filhos dos professores, a semestralidade ou o recesso dos 30 dias, além de tantos outros direitos consolidados em convenções coletivas de muitos anos.

Os professores cruzaram os braços, e agora há uma resposta de recuo por parte do sindicato patronal. Então, graças a essas manifestações, a esse movimento organizado pelo sindicato dos professores e pela Fepesp, esses direitos não foram retirados do conjunto dos professores. Sob a campanha de "nenhum direito a menos", os professores e funcionários da rede privada do estado de São Paulo venceram uma batalha e impediram a diminuição de direitos na negociação coletiva que está ocorrendo neste período.

Muito obrigado pela atenção, Sr. Presidente.

O SR. MARCO VINHOLI - PSDB - Sr. Presidente, peço a palavra para falar pelo Art. 82.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - O pedido de V. Exa. é regimental. Tem a palavra o nobre deputado Marco Vinholi pelo Art. 82.

O SR. MARCO VINHOLI - PSDB - PELO ART. 82 - Boa tarde a todos e a todas. Quero cumprimentar os nobres parlamentares num dia importante para a Casa. O estado e o país estão em crise, tentando superar uma paralisação geral. E a Assembleia Legislativa de São Paulo está aqui presente, trabalhando alerta e atenta, a fim de tomarmos, a qualquer momento, medidas que possam contribuir com o fim dessa paralisação e com a volta à normalidade no nosso estado e no nosso país.

Primeiramente, quero falar - e falei um pouco disso ontem, aqui - da preocupação com o momento que vivemos. É justa a paralisação, e cada um pode concordar ou não com isso. Mas o fato é que nos últimos dias foi crescente a opinião antidemocrática neste país. Vi faixas, discursos e postagens na internet, muitas vezes demonstrando um saudosismo por tempos negros do nosso país. Se existe um caminho para a superação de todas as crises neste país, é através da democracia. Que nós possamos, em todas as correntes políticas desta Casa, do estado de São Paulo e do país, ter isso como base e como defesa.

Desde moço estou fazendo política, e nunca, no movimento estudantil e na escola, tanta aproximação com o tema antidemocrático neste país. Então, fica o alerta a todos nós. Já vieram outras crises, e esta é uma crise dura. Mas que possamos prezar sempre pela união em torno da democracia neste país, para que não voltemos aos tempos sombrios que tivemos no Brasil.

Quero, também, falar um pouco sobre as soluções com as quais esta Casa pode ajudar o estado de São Paulo. Ano passado, em várias vezes, foi discutida aqui a questão das desonerações fiscais no estado de São Paulo. Muitos deputados da oposição, aqui, eram contrários às desonerações, mas hoje vemos que se não houvesse algumas delas, poderia ter sido muito pior.

Quero listar, por exemplo, o Repetro, em 2012, que deu isenções para produção, pesquisa e exploração de petróleo aqui no estado de São Paulo. Além disso, em 2016, isso foi feito também com as transportadoras aqui no nosso estado. Ora, se isso é o bastante? Parece-nos que não, com uma crise desse tamanho, beirando, de início, uma questão de preços de combustíveis, depois já beirando uma questão de rebelião tributária de modo geral, de uma população que paga seu imposto e não recebe o serviço adequado de acordo com o valor que paga. Por isso, ela sente. Quando há uma paralisação dessas, acabam surgindo indignações de modo geral.

Espero que possamos, por meio desta Casa, estudar um pouco quais desonerações poderíamos fazer no estado de São Paulo para poder melhorar um pouco toda essa cadeia.

Queria dizer também da preocupação com alguns anúncios dos últimos dias. Sabemos que a conta também não pode ficar para os municípios. Cinquenta por cento do IPVA, por exemplo, vai para os municípios. Temos que ter critérios e resolver a crise, mas ter em mente que não se pode fazer caridade com o chapéu alheio.

Além disso, estamos chegando aos 20 anos das concessões públicas do estado de São Paulo, de várias delas. Essas concessões foram feitas em 1998, no início desse processo. É evidente que é responsabilidade do Estado avançar nessa questão agora. Haverá renovações de concessões.

Nas últimas semanas, vi o governo colocar uma comissão para avaliação da Rodovia da Laranja, que liga Catanduva a Bebedouro. Espero que possamos ter membros do Legislativo e que seja um processo cada vez mais participativo em relação a essas concessões que se findam e serão renovadas agora.

Acredito que temos um caminho muito grande para, além de superar essa paralisação, avançar nessa questão do tributo, sempre com uma diferença muito grande em relação ao serviço que é recebido. Temos aqui as melhores estradas do Estado, mas é tempo de olharmos essas concessões e avançarmos nesse assunto.

Queria falar um pouco sobre o posicionamento desta Casa em relação a isso. Temos que estar alertas e, hoje, fico feliz em ver tantos deputados na Casa, trabalhando, atentos a este momento pelo qual o País e o estado de São Paulo passam.

O SR. JOÃO PAULO RILLO - PSOL - Sr. Presidente, com anuência da líder da Minoria, peço a palavra para falar pelo Art. 82.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - O pedido de V. Exa. é regimental. Havendo anuência da líder Ana do Carmo, tem a palavra o nobre deputado João Paulo Rillo para falar pelo Art. 82, pela Minoria.

O SR. JOÃO PAULO RILLO - PSOL - PELO ART. 82 - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, antes de iniciar minha fala, começo dialogando com o deputado Marco Vinholi, do PSDB, hoje líder de sua bancada.

Talvez não tenha sido de maneira explícita, mas ele acabou fazendo uma autocrítica aqui na Assembleia Legislativa, quando disse que está impressionado com tamanha onda conservadora e que se assusta com a quantidade de jovens que falam em intervenção militar. O País está precisando de cada vez mais democracia e parte da população está pedindo menos democracia, pedindo intervenção militar.

Entendo isso como uma autocrítica e, talvez, um avanço importante, pois, se teve um partido, se teve um agrupamento político que jogou gasolina nessa fogueira perigosa, foi o PSDB. E todos nós sabemos disso.

O PSDB era liderado pelo senador Aécio Neves, que foi pego em flagrante pedindo propina e falando em matar o primo, caso ele o delatasse. Hoje, é importante ver um parlamentar do PSDB fazendo autocrítica e reconhecendo. Faltou reconhecer que eles foram fundamentais para que o Brasil chegasse a esse caos. Eles lideraram o processo de golpe no Brasil, vestiram suas camisetas amarelas e foram vaia a presidente legitimamente eleita.

E o que se vê hoje? Vemos parlamentares que estavam vestidos de CBF pegos na máfia da merenda, malas de dinheiro no apartamento de um operador do presidente e um assessor em um gesto terrível, correndo com uma mala de dinheiro pela rua.

E um pato que virou sapo, o Sr. Skaf, que talvez até desista da candidatura a governador do Estado, porque não sei o que ele vai falar para a população, depois da palhaçada que ele ajudou - palhaçada, não, temos que ter mais respeito aos artistas censes e os palhaços - a irresponsabilidade do Sr. Skaf, no processo de impeachment.

Gostaria de começar, talvez o tempo vá ser muito curto, falando dessa conjuntura que não termina neste dia, lendo o início de um texto do jornalista Luis Nassif: "O tique de fechar a boca, como quem está engolindo a saliva que escorre do beijo; as mãos magras, desossadas, melífluas, espelhos da alma; a simulação de disfarçar a leitura do teleprompter com observações vazias, e, principalmente, o tom impositivo, ridículo para cenas de rendição, como que estivesse batendo em retirada de costas, para não levar projéteis no traseiro. Todo esse conjunto ajuda a compor a mais excecável personalidade política da história da República."

Óbvio que estou falando do crápula, do mafioso, do chefe de quadrilha Michel Temer.

O que acontece no Brasil, a greve dos caminhoneiros, e aqui presto solidariedade aos caminhoneiros, aos trabalhadores verdadeiros, que ajudam a abastecer o País, ainda não tem uma conclusão de interpretação. Falou-se em locaute, uma greve patronal dirigida, falou-se em greve de trabalhadores, e também falou-se em manipulações externas, para provocar o caos no País e gerar uma intervenção.

A questão é que nada disso ainda é conclusivo. Até nós, da esquerda, do campo democrático popular, temos dificuldade para interpretar o que de fato está acontecendo no País. Mas uma coisa é certa, e dialoga muito com a necessidade dos brasileiros. Você tem um aumento escandaloso de gás de cozinha. Você tem um aumento escandaloso na bomba dos combustíveis, provocado por uma política entreguista, vendilhona.

A Petrobras opera com 50% da capacidade de refino, ou seja, estamos mandando matéria-prima para o exterior, para comprar, a preço de ouro, na alta do dólar, combustível processado. Ou seja, é claro que existe uma nitida intenção de privatizar a Petrobras. É o que acontece hoje.

A palavra de ordem tem que ser a diminuição do aumento do preço, redução do preço na bomba, a redução do preço do gás para a dona de casa que se dirige ao mercado, ou a uma venda, para comprar um botijão de gás. Essa é a palavra de ordem, e contra a privatização e a continuidade de entrega do País.

Dialogando mais uma vez com esses parlamentares que, em algum momento, apoiaram esse golpe, espero que façam autocrítica e ajudem a todos nós a encontrar um caminho. As pessoas que foram para a rua aplaudir o golpe, muita gente bem intencionada, com a ilusão de que estava tentando combater a corrupção, hoje estão esclarecidas de que se tratava de um golpe de estado, uma tática de vender o Brasil.

Esse caos de hoje não é provocado apenas pelo crápula, pelo vendilhão, pelo canalha, canalha, canalha, do Michel Temer. É também culpa de todos aqueles que, no oportunismo político, aproveitaram para dar o golpe, achando que iam renascer no País. Mas, felizmente, isso não aconteceu.

Mas aconteceu coisa pior. O Sr. Geraldo Alckmin e companhia, Aécio Neves e companhia, ajudaram a projetar uma figura exótica chamada Bolsonaro, que hoje lidera todas as pesquisas, à frente desses que ajudaram a criar o caos. Portanto, que a história recente lhe sirva de uma bela lição, de um esclarecimento.

Cuidado ao flertar com aquilo que é perigoso, com o fascismo e com a não política. Ela gestou esse monstro e um caos no País. E V. Exas. assistem estarrecidos à liderança do presidente Lula, na cadeia, liderando todas as pesquisas. E o seu candidato, desse centrão medíocre de direita, não consegue avançar. Por quê? Porque o povo percebeu que vocês não têm propostas para o Brasil.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Srs. e Sras. Deputadas, vamos passar à Ordem do Dia.

\*\*\*

- Passa-se à

## ORDEM DO DIA

\*\*\*

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, há sobre a mesa requerimento de não realização de sessão no dia 1º de junho do corrente ano. Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. As Sras. Deputadas, e os Srs. Deputados que forem favoráveis permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

Sras. Deputadas, Srs. Deputados, há sobre a mesa requerimento de urgência ao PLC nº 21/18, de autoria do Tribunal de Contas. Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. As Sras. Deputadas, e os Srs. Deputados que forem favoráveis permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

Sras. Deputadas, Srs. Deputado, nos termos do Art. 100, inciso I, do Regimento Interno, convoco V. Exas. para uma sessão extraordinária, a realizar-se hoje, às 19 horas e 30 minutos, com a finalidade de ser apreciada a seguinte Ordem do Dia:

\*\*\*

- NR - A Ordem do Dia para a 26a sessão extraordinária foi publicada no D.O. de 30/05/2018.

\*\*\*

O SR. MARCO VINHOLI - PSDB - Sr. Presidente, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, solicito o levantamento da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, esta Presidência antes de dar por levantados os trabalhos, convoca V. Exas. para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, com a mesma Ordem do Dia de hoje, lembrando-os ainda que hoje, às 19 horas e 30 minutos teremos a sessão extraordinária.

Está levantada a presente sessão.

\*\*\*

- Levanta-se a sessão às 17 horas e 36 minutos.

\*\*\*

## 29 DE MAIO DE 2018 26ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Presidência: CAUÊ MACRIS

### RESUMO

ORDEM DO DIA

1 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS  
Abre a sessão. Encerra a discussão e coloca em votação o PL 757/11.

2 - CAMPOS MACHADO  
Encaminha a votação do PL 757/11, em nome do PTB.

3 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS  
Coloca em votação e declara aprovado o PL 757/11, restando rejeitado o veto. Encerra a discussão, coloca em votação e declara aprovados os PLs 661/15 e 390/17, restando rejeitados os vetos. Encerra a discussão do PL 881/17. Coloca em votação e declara aprovado requerimento de método de votação ao PL 881/17. Coloca em votação e declara aprovado o PL 881/17, salvo emendas e as emendas nºs 2, 6 e 10.

4 - JOÃO PAULO RILLO

Registra voto contrário ao projeto. Informa que irá apresentar declaração de voto.

5 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS  
Coloca em votação e declara rejeitadas as demais emendas, englobadamente.

6 - MARCO VINHOLI

Declara voto favorável ao projeto e contrário às emendas.

7 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS  
Encerra a discussão, coloca em votação e declara aprovado o PL 1014/17, restando rejeitado o veto.

8 - GILMACI SANTOS

Para comunicação, agradece o líder do Governo Carlos Cezar e os demais líderes pela derrubada do veto do projeto de sua autoria.

9 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Encerra a discussão, coloca em votação e declara aprovado o PL 61/04, salvo emendas. Coloca em votação e declara aprovada a emenda nº 1.

10 - MARCO VINHOLI

Para comunicação, parabeniza esta Casa por estar aprovando projetos importantes, apesar da grande paralisação no País. Comemora a aprovação do projeto do governador Geraldo Alckmin, que institui novos procedimentos para o Arquivo Público do Estado. Ressalta que estes procedimentos trarão mais informação e maior transparência para a população. Diz ser esta uma grande ação para a sociedade paulista. Sauda o PRB pelo projeto aprovado. Menciona o apoio deste partido ao candidato João Doria.

11 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Encerra a sessão.

\*\*\*

- Abre a sessão o Sr. Cauê Macris.

\*\*\*

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Com base nos termos do Regimento Interno, e com a aquiescência dos líderes de bancadas presentes em plenário, está dispensada a leitura da Ata.

\*\*\*

- Passa-se à

### ORDEM DO DIA

\*\*\*

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Proposição em Regime de Urgência.

Item 1 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 757, de 2011, (Autógrafo nº 29637), vetado totalmente, de autoria da deputada Leci Brandão. Altera a Lei nº 14.187, de 2010, que dispõe sobre penalidades administrativas a serem aplicadas pela prática de atos de discriminação racial. Pareceres nºs 259 e 260, de 2012, respectivamente, de relatores especiais pelas Comissões de Justiça e Redação e de Administração Pública, favoráveis ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação.

O SR. CAMPOS MACHADO - PTB - Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação pela liderança do PTB.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Para encaminhar a votação pela liderança do PTB, tem a palavra o nobre deputado Campos Machado.

O SR. CAMPOS MACHADO - PTB - O Sr. Presidente, meu amigo deputado Cauê Macris, tenho que reconhecer, já tive dezenas de divergências com ele, mas tem sido um grande presidente. Já modernizou a Casa e trabalha no sentido de dar aos parlamentares todos os instrumentos necessários para que possam exercer seus mandatos. Mas, meu caro presidente, venho a esta tribuna de maneira rápida para fazer um elogio, um reconhecimento, ao governador Márcio França.

Sou obrigado, desta tribuna, a reverenciá-lo pela sua extrema sensibilidade política e humana. Nesse episódio referente aos caminhoneiros, deputado João Paulo Rillo, o destino me reservou uma participação. Como presidente do Sindicato dos Caminhoneiros, também presidente da Federação dos Caminhoneiros do Estado de São Paulo e vice-presidente da Confederação, Norival de Almeida Silva, pediu ele que marcasse uma audiência com o governador Márcio França. Imediatamente, o governador marcou para domingo, às 8 horas da manhã.

Fomos lá, o governador ouviu as reivindicações do presidente do Sindicato dos Caminhoneiros, deu-lhe toda atenção possível. Durante 40 minutos, as lideranças dos caminhoneiros do Estado de São Paulo apresentaram ao Sr. Governador as suas razões, e o desejo de que a greve fosse paralisada o quanto antes. Diziam eles, que as questões eram paulistas, e que os Presidentes de Sindicatos do Estado estavam solidários às propostas apresentadas.

Qual não foi a minha surpresa quando, na segunda-feira de manhã, o nosso governador Márcio França me ligou dizendo que queria ouvir novamente as lideranças dos caminhoneiros e que levassem propostas.

Levamos.. Aliás, para ser mais preciso, levei até o Palácio dos Bandeirantes o presidente do sindicato e da federação levou e eu acompanhei. Porque o presidente da federação e do sindicato, nada mais é e nada menos é do que o presidente do PTB sindical. Eu tinha a obrigação partidária de acompanhá-lo.

De imediato, o nosso governador Márcio França, em uma reunião que contou com a presença de vários secretários de Estado, decidiu: a instalação de seis postos de parada nas estradas estaduais, além dos quatro previstos para serem construídos no Rodoanel Mário Covas; estudo para obter o crédito de ICMS para caminhoneiros autônomos na compra de óleo diesel para a renovação da frota; apoio do Governo do Estado junto à bancada de senadores para a aprovação do PLC 121, que institui a política de frete mínimo no transporte rodoviário de carga; e mais duas medidas para estudo.